



## POLÍTICA ECONÔMICA E POLÍTICA AGRÍCOLA: A LUTA SÓCIO-POLÍTICA POR UMA POLÍTICA AGRÍCOLA AUTÔNOMA<sup>1</sup>

GERALDO MÜLLER<sup>2</sup>

**RESUMO** – Pressupõe-se que a política agrícola não pode ser examinada abstraído-se suas ligações com as políticas macroeconômicas e com a competição entre forças sociais agrárias, industriais, comerciais e financeiras pelos fundos públicos. Nesta direção, qualifica-se a forma das relações múltiplas na qual se insere a tentativa de formulação e implementação de uma política agrícola, o que implica considerar a orientação recente da política agrícola brasileira como uma tentativa a mais. Sustenta-se a hipótese de que a fase de desaceleração – crise da economia nacional caracteriza-se pelas dificuldades das forças sociais e dos dirigentes do Estado em proporem e implantarem (a “utopia” de) um novo padrão de desenvolvimento.

### ECONOMIC POLICY AND AGRICULTURAL POLICY: A SOCIAL-POLITICAL STRUGGLE FOR AN AUTONOMOUS AGRICULTURAL POLICY

**ABSTRACT** – It is assumed that agricultural policy cannot be examined without considering its connections with macroeconomic policies and with the competition between social, agrarian, industrial, commercial and financial forces for public funds. In this way, the form of multiple relations is described within which an attempt at formulation and implementation of an agricultural policy occurs. It is implied that the recent orientation of Brazilian agricultural policy should be considered as one more attempt in this direction. The hypothesis stating that the deacceleration phase – a crisis in the national economy – is characterized by the difficulties of social forces and of state directors proposing and implanting (the “utopia” of) a new pattern of development, is confirmed.

### INTRODUÇÃO

A política agrícola recente não pode ser examinada abstraído-se suas **ligações** com as políticas macroeconômicas e com a competição entre forças sociais agrárias, industriais, comerciais e financeiras pelos fundos públicos. Isso, porém, não vale apenas para a política agrícola recente, uma vez que o que mudou foi a **forma das ligações**.

Em uma economia razoavelmente complexa e integrada, a tentativa de formular e implementar diretrizes específicas para as atividades agrárias guarda forte proximidade com as tentativas de políticas gerais e com a competição entre as forças socioeconômicas que visam influenciar tanto a formulação quanto a implementação dessas políticas. Além disso, as interações entre esses processos tendem a compor formas distintas

<sup>1</sup> Notas para uma exposição no “1º Encontro de Trabalho sobre Política Agrícola”, realizado no Centro de Treinamento para o Desenvolvimento, Iparde, Curitiba, 11 e 12 de março de 1988, promoção conjunta deste Instituto e do Departamento de Ciências Sociais da UFPR, com o apoio do Concitec/UFPR/Iparde.

<sup>2</sup> Pesquisador do Cebrap e professor do Pós-Eco/PUC-SP.

segundo distintas fases do ciclo econômico, em cuja determinação acham-se ativamente presentes os processos mundiais.

As formas distintas podem ser, grosso modo, indicadas pelo predomínio de políticas macro voltadas ao desenvolvimento econômico, durante a fase expansiva de 1967 a 73, prorrogada até 1980, e pelo predomínio de políticas voltadas à estabilização, durante a fase de desaceleração-crise, de 1979 em diante. Isso são meras indicações gerais. As relações entre elas e as políticas agrícolas e a luta entre as forças sociais não são lineares, tampouco deduções, mas relações simultâneas, diversificadas, que requerem qualificações. As presentes notas vão nesta direção: qualificar a forma das relações múltiplas na qual se insere a tentativa de formulação e implementação de uma política agrícola, o que implica considerar a orientação recente da política agrícola como uma tentativa a mais.

### FORÇAS SOCIOECONÔMICAS E FUNDO PÚBLICO

A hipótese mais ampla destas notas sustenta que a fase de desaceleração-crise da economia nacional caracteriza-se pelas dificuldades das forças sociais e dos dirigentes públicos do Estado em proporem e implementarem (a "utopia" de) um novo padrão de desenvolvimento. O que se atribui, fundamentalmente, às instabilidades em âmbito mundial e aos percalços sócio-políticos internos.

O padrão substitutivo de importações ganhou a montagem "final" com a internalização de ramos da petroquímica e outros, e com a incorporação das atividades agrárias à matriz intersetorial da economia (1964/82), sob a forma de regime político autoritário. A progressiva erosão do regime, o avanço dos movimentos sociais e políticos, e rápido agravamento das condições financeiras internacionais e internas, tudo isso abriu a possibilidade de novas alianças sociais e a construção da democracia, ao mesmo tempo em que ampliou, potencialmente, as instabilidades. Desenvolveu-se um quadro provisório que não se resolvia e até se apoiava no provisório dos cenários internacionais. Numa situação destas, que já dura praticamente uma década, elaborar e implementar políticas econômicas exigem a convivência com o provisório, o que implica contínua improvisação. A precariedade institucional pressiona a política econômica a improvisar recursos decisórios para determinadas ações específicas e conjunturais.

Assim, é pouco plausível pensar numa política agrícola clara e estável, capaz de regular as interações entre as várias forças sociais com interesses nas atividades agrárias e o Estado.

Vale a pena qualificar as situações provisórias das forças sociais com interesse na agricultura e relacioná-las com as improvisações na política agrícola. O que caracteriza o contexto das tentativas de formulação e implementação de uma política agrícola, no período pós 1979/80, é: (a) a presença de forças sociais agrárias modernas; (b) a disputa entre as várias forças sociais (industriais, comerciais, educacionais) pelos fundos públicos. As forças agrárias aspiram a uma política agrícola capaz de manter o nível real de renda e contar com recursos para acompanhar as mudanças tecnológicas e suas implicações. Para tanto, a relação política com o Estado é fundamental e a manipulação técnico-econômica dos recursos – e não sócio-política conjuntural que penalize a agricultura –, é decisiva. Algo assim como um "mix" de política de sustentação do setor, como no Mercado Comum Europeu, e aberto à concorrência, como nos Estados Uni-

dos. Em suma, uma política agrícola mais autônoma das políticas macro em geral, com sustentação mínima e aberta às inovações tecnológicas.

A luta sócio-política por uma política deste tipo está correlacionada à expansão e diferenciação das forças sociais agrárias modernas, notadamente aquelas que têm nas atividades agrárias seus interesses principais, num contexto de acirrada disputa com outras forças sociais da sociedade pelos fundos públicos. Acontece que não se pode simplesmente descartar a persistência de situações provisórias que implicam medidas de política *ad hoc*. Tudo leva a crer que os efeitos da incorporação da agricultura aos padrões industriais, financeiros e urbanos fazem-se presentes agora: obrigatória coesão na fase de desaceleração-crise. Vejamos alguns aspectos mais de perto.

### INCORPORAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIOECONÔMICA

O período de 1965 a 1980 caracteriza-se pela incorporação das atividades agrárias brasileiras à dinâmica industrial, comercial e financeira prevalecente no país. Este movimento criou, diversificou e expandiu as forças sociais modernas, tornando-as predominantes e subordinando, por completo, as forças tradicionais. Os anos 80 são de avanço no processo de incorporação, impulsionado pelas forças modernas. Em outras palavras, nos primeiros quinze anos, políticas macro e política agrícola creditícia ampliaram e diversificaram as forças socioeconômicas modernas nas atividades agrárias. Na atual década, graças à ampliação das exportações – componente da política de estabilização – e ao Proálcool, estas forças expandiram e intensificaram as formas modernas de produzir e distribuir os excedentes agrários. Incorporaram a produção de alimentos básicos, diversificando suas linhas produtivas, mas tornaram-se mais e mais dependentes da política agrícola, a qual, mais do que antes, passou a depender das improvisações face às situações provisórias.

Cabe observar que a modernização das atividades agrárias, a despeito de restrita em termos de estabelecimentos, em termos regionais e, até certo ponto, em termos do processo de trabalho, é economicamente predominante ao ponto de ser impor em âmbito nacional. Ela é nacionalmente predominante e impõe, categoricamente, seu modo de produzir e distribuir ao conjunto das atividades agrárias, o que implica excluir a maioria dos produtores.

A origem e expansão dessa exclusão assentam-se em uma complexa rede de determinações:

- a) mercados fortemente oligopolizados e administrados aos quais as atividades agrárias foram incorporadas;
  - b) conversão destas atividades em mercados para as indústrias, para a agricultura, bem como para as novas agroindústrias e organizações comerciais varejistas;
  - c) dinâmicas internas dos mercados influenciados pela internacionalização crescente dos padrões produtivos e comerciais;
  - d) capacidade dos grupos sociais agrários e também dos não-agrários, mas com interesses na agricultura, em mobilizar recursos políticos e públicos para sua expansão segundo ditames da modernização;
  - e) perfil de distribuição da renda no país, tanto no campo quanto nas cidades.
- O conjunto de determinações é simultâneo à constituição do complexo agroin-

dustrial. A exclusão aludida é um dos processos de criação da identidade social por parte dos pequenos, médios e grandes produtores modernos. Essa nova classe média agrária, extremamente recente e sensível à instabilidade econômica, negou os recentes planos de reforma agrária massiva, não tanto pela manutenção da propriedade especulativa da terra, mas sobretudo porque tal reforma iria disputar os fundos públicos indispensáveis à consolidação e ampliação de sua modernidade. Sua luta por uma política agrícola de longo prazo, com taxas de retorno condizentes às expectativas de um negócio em base industrial – materializado em numerosos movimentos sociais de caráter nitidamente político – evidencia seu pavor ante a contínua situação provisória que pode, a qualquer momento, comprometer sua situação de classe. Dada a dinâmica agrária no complexo agroindustrial, a consolidação e o aprofundamento de sua identidade social – que implica a luta contra outras forças socioeconômicas em relação ao destino dos fundos públicos para o campo – são peças fundamentais no jogo social.

### FORÇAS SOCIAIS E PADRÃO AGRÁRIO

Por forças sociais agrárias modernas entendem-se os grupos sociais produtores e distribuidores associados à dinâmica capitalista em sua forma intensiva. Ou seja, a ampliação do processo de acumulação de capital nas atividades agrárias não mais se vale da combinação de mão-de-obra com terra – característica da forma extensiva de obtenção dos excedentes agrários – mas de gastos com capital, notadamente capital constante.

Deve-se observar também que a distinção entre forças socioeconômicas modernas e atrasadas é bastante precisa no âmbito do modo de produzir e distribuir o excedente agrário, mas se esmaece muito no âmbito da mão-de-obra. Milhões de estabelecimentos praticamente não passam de locais de moradia, com alguma eventual e diminuta produção de subsistência, de gente classificada nos Censos Agropecuários como produtores parceiros, arrendatários e ocupantes que trabalham em pequenos pedaços de terra. Parte considerável do mercado de braços nas atividades agrárias modernas explora estabelecimentos tradicionais desse tipo e neles reside. A localização censual dessa gente pobre e miserável – morada contemporânea no padrão agrário moderno – não pode nos levar a esquecer sua participação no mercado nacional de mão-de-obra barata, temporariamente utilizada em atividades agrárias e não-agrárias (construção civil, serviços domésticos urbanos, construção de barragens). O aumento de pessoal ocupado registrado nos Censos não deve ofuscar a extraordinária mobilidade dessa gente, que disputa entre si locais de trabalho nos quais possa obter alguma renda.

Essa massa de milhões de pobres e miseráveis excluídos enquanto produtores na nova dinâmica agrária, dela fazem parte como mão-de-obra temporária. Se o padrão agrário fosse ainda de caráter extensivo, as vicissitudes financeiras da produção e distribuição agrícola seriam em larga medida repassadas a eles. Visto que o padrão predominante é moderno, ou seja, os gastos com capital constante e insumos tendem a crescer na composição das despesas, apenas parte – e cada vez menor – é possível ser repassada a essa gente. Isso fundamenta a luta dos produtores modernos por uma política agrícola de longo prazo, mais estável, que os defenda da perda econômica proveniente da elevação dos custos industriais juntamente com a queda de receita.

A noção de padrão agrário merece algumas considerações. Ela objetiva chamar a atenção para o fato de que a agricultura faz parte, juntamente com a indústria para a agricultura e agroindústria, do complexo agroindustrial, o que não supõe uma redução da agricultura à indústria, a agricultura sendo uma indústria em sentido estrito. Vale dizer, a integração indústria-agricultura não destrói caracteres próprios desta última, os quais a distinguem dos demais segmentos que com ela compõem o complexo agroindustrial. A noção de padrão agrário visa preservar as especificidades da agricultura enquanto atividade técnico-econômica e esfera de interesses sociais e políticos nela ancorados, e também enquanto objeto de políticas governamentais específicas. Assim, esta noção objetiva reter as particularidades técnicas (clima, solos), econômicas (tempo de trabalho e de produção), sociais (grupos locais e regionais, riquezas, capitais e pobreza agrárias) e políticas (organizações lobistas, uniões sócio-políticas).

### CICLO, CRÉDITO E ACESSO AO ESTADO

Um rápido exame do sistema nacional de crédito rural servirá como pano de fundo para nossos objetivos.

Passado o período da política de estabilização do Plano Estratégico do Governo (PAEG), 1964/67, – que conseguiu criar boa parte das precondições para a retomada do crescimento (controle da inflação, arrocho salarial, reforma fiscal e bancária) – o governo lançou uma série de mecanismos de política econômica para efetivamente pôr a máquina em movimento.

O chamado “milagre econômico” de 1967/73 deveu-se às políticas internas e à situação favorável no mercado mundial. É deste período o “boom” da soja e a remodelação/expansão do parque frigorífico. Em 1974, o quadro mundial se alterou bruscamente. Internamente agravaram-se as dificuldades oriundas das descontinuidades de crescimento entre a produção de bens de capital e a de insumos intermediários. Aliás, convém lembrar que essas descontinuidades técnicas do ângulo da internalização da cadeia produtiva, já presente no ciclo expansivo de 1956/61, exacerbaram-se à época do milagre.

O 2º Plano Nacional de Desenvolvimento, 1974/79, tinha como objetivo primordial a correção dessas descontinuidades através do prosseguimento da substituição das novas importações. Suas ambiciosas metas não foram totalmente cumpridas, mas os investimentos por parte das empresas estatais foram expressivos, fazendo com que a indústria continuasse a crescer a taxas relativamente elevadas, nos anos de 1974/76. Mas, já neste último ano, o combate à inflação levou o governo a conter seus gastos e, assim, a desacelerar parte dos projetos previsto no 2º PND. A crise internacional, os desequilíbrios na balança comercial e a exacerbção inflacionária atuaram fortemente neste sentido.

Ora, certamente não é pura coincidência que o período mais favorável do crédito rural tenha sido precisamente no período de 1965/76. Aí foi criado o sistema nacional de crédito rural que passou a contar com recursos crescentes por parte do governo. E é neste período que o impulso à industrialização da agricultura é mais intenso, particularmente no que concerne aos investimentos de médio e longo prazo.

A virada na política de crédito rural no final de 1976 coincide com a desativação parcial do 2º PND. Até esta data, claramente nos anos de 1974/76, a política de crédito

foi fortemente impulsionada para a adoção de insumos e máquinas agrícolas. Há uma clara relação entre as modificações na agricultura e na indústria no que diz respeito aos esforços estatais de mudanças estruturais no campo. Não é por nada que, por essa época, acirra-se e diversifica-se o debate em torno dos valores básicos de custeio, preços mínimos, porque, na verdade, a política de crédito rural é uma política industrial e agrícola, e o controle dos preços dos produtos agrícolas por parte do governo, tendo em vista conter a inflação, tende a prejudicar a receita da agricultura.

A partir de meados de 1976, o 2º PND começou a ser paulatinamente desativado, induzindo a economia brasileira à desaceleração. Dois problemas obrigaram o governo a acertar gastos e, assim, diminuir o efeito estimulador do investimento público. Um localizava-se na balança comercial. Além dos custos crescentes com a importação de petróleo, houve aumento da demanda interna de bens de produção em decorrência mesmo de substituição de importações, o que elevou o déficit comercial, a despeito da adoção de mecanismos de contenção das importações no biênio 1974/75. O outro problema foi a aceleração inflacionária, fenômeno associado ao recrudescimento da inflação mundial e ao notável aumento do custo do dinheiro. Como resultado desses problemas, verificou-se menor disponibilidade de recursos do governo a partir de 1976.

A segunda fase do SNCR iniciou por volta de dezembro desse ano. A injeção de recursos passou a ser menor, assim como o crescimento dos saldos de crédito. Mas a guinada mais relevante diz respeito ao tipo de crédito: os recursos públicos para crédito cresceram mais para o financiamento de custeio do que para investimento. Vale dizer que a modernização da agricultura por meio de máquinas, implementos, benfeitorias produtivas, reprodutores bovinos, diminuiu em virtude do avanço da modernização por meio de fertilizantes, defensivos, num contexto de redução global dos recursos tanto para investimento quanto para custeio.

Além disso, os estímulos indiretos ao consumo de insumos modernos, embutidos no crédito para custeio, são reduzidos, configurando uma nova diretriz de política econômica para a agricultura: a de racionalizar o uso destes recursos no sentido de estimular mais a produção do que a transformação estrutural via investimentos. Em outras palavras, a partir de 1976 – exceção feita ao que ocorrerá na cadeia agroindustrial sucro-alcooleira – a grande cunha modernizante implementada por políticas macroeconômicas consistiu na operação da base material fixa e semifixa, instalada com a ampliação do emprego de insumos modernos.

Por volta de 1978 em diante, as dificuldades se ampliaram, repercutindo na disponibilidade de recursos públicos – seja de bancos públicos seja de bancos privados, sob pressão do governo – para crédito agrícola: (a) a dívida externa passou a crescer rapidamente; (b) a inflação de 1978 já era o dobro da de 1973; (c) segunda explosão dos preços do petróleo em 1979; (e) a explosão das taxas de juros internacionais em 1979/80.

As políticas de desenvolvimento cedem lugar às de estabilização. Há um corte generalizado dos gastos governamentais, como cortes nos subsídios, limitação quantitativa da expansão do crédito bancário e liberação progressiva das taxas de juros. O Estado forçou o aumento da participação dos bancos comerciais no crédito rural ao mesmo tempo em que diminuiu a sua oferta agregada. O arrocho creditício rural foi mais fortemente atingido, pois sua participação no crédito total do sistema monetário decresceu no período de 1980/84. Nos anos 80, notadamente por volta de 1984 em dian-

te, a preocupação do Estado foi cada vez maior com a formação de estoques agrícolas, com os preços destes produtos e com a sustentação da renda dos produtores. Preocupação, expressa em formulações de política, no entanto, não significa necessariamente realização de objetivos.

Neste sentido, cabe reter o seguinte. A crescente participação do Estado na economia ratificou seu papel que já exercera em outros ciclos: o poder de influir no próprio ciclo. Assim, os dois primeiros anos do 2º PND deram uma sobrevida ao período do milagre, e também à fase áurea do crédito rural. Contudo, por volta de 1976, esse poder de o Estado conter o descenso do ciclo debilitou-se, acabando o Estado em 1981, por adequar-se à baixa cíclica. Quando o Estado chega a esse ponto numa economia como a brasileira, num contexto de tentativas de transição de um regime autoritário para democrático, a transitoriedade das regras leva a contínuas políticas *ad hoc*. Situação propícia ao acirramento das lutas entre os grupos sociais. Na agricultura, a luta não se restringe ao embate entre produtores modernos versus produtores atrasados, mas amplia-se a lutas entre produtores modernos. A exigência de uma política agrícola específica e própria provém fundamentalmente dos produtores modernos para, pelo menos, poder manter suas posições socioeconômicas e dispor de condições para a concorrência entre eles.

As várias formas de organização da produção agrária moderna – empresa autônoma, unidades cooperativas, integração com agroindústrias, empresas familiares autônomas – parecem ser melhor entendidas quando vistas do ângulo das posições socioeconômicas herdadas do período de 1965/80 e da concorrência que perpassa o mundo agrário contemporâneo, na década de 80. Essa concorrência está associada com os segmentos industriais do complexo, nas esferas tecnológicas, organização produtiva e comercial. Isso tem impactos efetivos e potenciais sobre as posições socioeconômicas herdadas. Os grupos agrários no padrão moderno requerem uma política agrícola própria, distinta das anteriores que os atrelavam imediatamente aos segmentos industriais e comerciais do complexo. Seus movimentos sócio-políticos visam este objetivo e suas bandeiras antiestatais perseguem um lugar de acesso aos centros de decisão relativos ao fundo público. O discurso é anti-Estado no sentido de ter acesso ao Estado e, assim, manter suas posições socioeconômicas.

### A LUTA SOCIOECONÔMICA NO CAI

Parece bastante claro que a política agrícola esteve associada à remodelação, criação e ampliação dos ramos da indústria para a agricultura. Menos clara é a lição desta com a agroindústria. Para reforçar este último processo, seguem trechos do trabalho de Walter Belik, "Agroindústria processadora e política econômica", Campinas, 1987, mimeografado.

Diz este pesquisador que o principal instrumento de financiamento do capital de giro das empresas agroindustriais é a política de garantia de preços mínimos do governo. As operações de aquisição e os empréstimos do governo federal têm uma importância fundamental para a indústria agroprocessadora. Por ocasião da safra, a indústria toma um EGF junto à rede bancária a fim de compor estoques. A taxa de juros utilizada na transação financeira é a vigente no crédito rural, portanto abaixo dos juros de mercado. De posse dos recursos, a indústria compra a matéria-prima do produtor pa-

gando-lhe, ao menos, o preço mínimo. Após processado, o produto é vendido no mercado interno e externo aos preços aí vigentes, liquidando-se o empréstimo junto à rede bancária. É natural, diz Belik, que a indústria faça uso do PGPM quando há oportunidade de obtenção destes recursos e que a preferência recaia sobre os EGFs.

Um outro instrumento de financiamento de capital de giro é o pré-EGF, criado em 1976, para assistir o pequeno produtor modernizado, vinculado à cooperativa. Na verdade, trata-se de um financiamento que serve à cooperativa enquanto núcleo industrial. No que respeita às políticas de financiamento do capital fixo, diz Belik, estas estão concentradas no Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (Funagri), regulamentado em 1965. A partir de 1967, com a vinculação da conta Funagri ao SNCR e sua imediata consolidação, observa-se o início de um movimento de fragmentação, oriundo de situações particulares de cada subsetor. Este movimento de fragmentação se intensifica a partir da década de 70 na medida em que as condições financeiras para o crédito rural passam a ser mais restritivas. Os produtores passam a reivindicar linhas especiais sob condições vantajosas para incentivar a industrialização de matérias-primas e a comercialização de insumos e equipamentos modernos.

Nas conclusões, Belik ressalta que, contando com uma estrutura de arrecadação de recursos com a participação de saldos da exigibilidade dos bancos comerciais, recursos do orçamento monetário e empréstimos externos a juros preferenciais, o Funagri e outros fundos oficiais já nascem poderosos, o que permitiu o lançamento de diferentes subprogramas de atendimento a diferentes necessidades das agroindústrias. Com o crescimento do Funagri, a partir dos anos 70, e com as novas necessidades postas pela política exportadora e programa energético, o Estado passou a perder, crescentemente, o controle daquilo que deveria ser uma política agroindustrial centralizada. As subcontas do Funagri e de outros fundos agroindustriais administrados pelo Banco Central, Banco do Brasil e BNDES, adquiriram modo próprio sob o comando de lóbis e forças políticas organizadas que passam a administrar os recursos e distribuir concessões.

A política agroindustrial passou a ser exercida pelos setores agroindustriais e seus lóbis. O mesmo vale para a política agrícola que afetava a agroindústria. Os grupos socioeconômicos agroindustriais participavam da elaboração e do controle da política agrícola e agroindustrial, mantendo, assim, suas posições no jogo concorrencial. Certamente não estaria exagerando. Tais grupos demonstravam sua capacidade de repassar riscos e perdas potenciais para outros grupos socioeconômicos, dentre os quais poder-se-ia incluir aqueles com interesses imediatos nas atividades agrárias.

A postulação de uma política agrícola por parte dos grupos sociais modernos do atual padrão agrário dirige-se claramente a bloquear o repasse das incertezas exageradas do mercado por parte de grupos socioeconômicos mais poderosos.

## PROGRESSO TÉCNICO E LUTA SOCIOECONÔMICA

Por fim, resta chamar a atenção para uma outra fonte de instabilidade potencial das posições socioeconômicas dos grupos agrários modernos. Trata-se de um dos elementos fundamentais do dinamismo das atividades agrárias: o padrão tecnológico. Como se sabe, o padrão atualmente predominante na agricultura nacional combina elementos mecânicos e químicos. Nos anos 80, verifica-se uma extensão desse padrão juntamente com a adição de serviços técnicos, instalação de silos nos estabelecimentos,

uso de motores a explosão e bombas de irrigação movidas a energia elétrica, disponível graças ao aumento de redes de transmissão.

No entanto, os avanços tecnológicos nos setores da indústria para a agricultura, sua diversificação de produtos e a oferta de novos produtos, juntamente com o acirramento da concorrência interoligopólica, dão mostras de uma alteração naquele padrão. Ancorada fundamentalmente na engenharia genética, capaz de oferecer sementes e plantas com características predeterminadas. Isto terá radicais conseqüências nos sub-setores de tratores, fertilizantes e defensivos, além de novas formas de assistência técnica, o que certamente provocará uma modernização na modernização com profundas repercussões nas posições socioeconômicas dos grupos agrários modernos e na concorrência entre eles. Implicações, ademais, no papel do Estado como administrador ("planejador") de fluxos e estoques estratégicos, no uso dos fundos públicos, supressão mais acentuada de postos de trabalho nas atividades agrárias, novas ondas de êxodo e surgimento de tipos de trabalho especializado, totalmente novos.

Essa modernização na modernização já ocorreu, em larga medida, nos países centrais do capitalismo. Certamente, as formas de política aí desenvolvidas influenciam fortemente as perspectivas dos grupos socioeconômicos mais fortes, aqui, no Brasil. A luta por uma política agrícola mais autônoma por parte destes grupos, num contexto de grandes instabilidades presentes e futuras, ganha força vital contra a atual política *ad hoc*, que corresponde a um contexto de contínua reposição do provisório. Estes grupos percebem, por outro lado, que a implementação de uma política dessa está acentuadamente amarrada a políticas macro e à luta social com outros grupos da sociedade brasileira. O que torna complexo o quebra-cabeças e dá muita dor de cabeça.